

Alenquer e suas denominações (*)

TEXTO DE
LUIZ ISMAELINO VALENTE



Os frades capuchos, da Província de Nossa Senhora da Piedade, de Portugal, quando aldearam os índios Barés ou Abarés, em fins do século XVII, à margem esquerda do rio Curuá, próximo a sua caudalosa foz, deram à aldeia o nome de missão do Curuá, como, nos documentos oficiais, a chamavam seus fundadores, ou Aldeia dos Barés (ou Abarés), como ficou mais conhecida a nova povoação.

Quando esses mesmos frades, pelas razões já expostas no capítulo sobre a fundação de Alenquer, promoveram o descimento dos índios Barés ou Abarés, e de índios do Rio Trombetas, para um outro local, onde aldearam os gentios, deram à nova aldeia a denominação de missão do Surubiú ou Surubijus, também conhecida como Aldeia do Surubiú.

Fulgêncio Simões, em sua obra de 1908 sobre o município de Alenquer, afirma que os capuchos da Piedade, ao fundarem a missão do Curuá, batizaram o aldeamento com o nome de Arcozellos – “que é o de uma localidade portuguesa, d’onde talvez fosse natural o chefe ou algum dos ditos capuchinhos.”⁽¹⁾

O notável historiador alenquerense cometeu, nessa afirmação, dois equívocos. Primeiro, como demonstrado no capítulo anterior, os *capuchos* da Província de Nossa Senhora da Piedade não se confundem com os *capuchinhos*: são ordens religiosas diferentes. Segundo, a denominação de Arcozellos, na verdade, somente foi dada à povoação do Curuá (ou Aldeia dos Barés ou Abarés) cerca de sessenta anos mais tarde.

O primitivo nome da Aldeia dos Barés ficou, porém, eternizado na denominação de um pequeno canal, ainda hoje existente, que liga o rio Curuá ao rio Macurá, que, segundo Fulgêncio Simões, “foi mandado fazer pelos frades” – o chamado furo do Baré.⁽²⁾

¹ SIMÕES, Fulgêncio Firmino. *Município de Alemquér – Seu desenvolvimento moral e material e seu futuro – Estudos históricos e geográficos*. Belém-PA: Tipografia e Livraria Loyola, 1908, p. 14.

² Idem, idem, p. 14, nota 8.

Quanto à denominação de Arcozellos, necessário se faz perlustrar um pouco a nossa história.

Em setembro de 1751 Francisco Xavier de Mendonça Furtado veio de Portugal para governar a Capitania do Grão-Pará e Maranhão. Nascido em Lisboa em 1700, Mendonça Furtado era um dos onze irmãos de Dom Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e Conde de Oeiras, o todo-poderoso ministro do Rei de Portugal, Dom José I.



Pombal (retratado, à esquerda, pelo pintor francês Louis-Michel Van Loo, em 1776) era inimigo fidalgo dos jesuítas e um dos principais responsáveis pela expulsão dessa ordem de Portugal e de suas colônias. Mendonça Furtado, ao ser indicado para governar o Grão-Pará, foi, portanto, escolhido a dedo pelo irmão, com o escopo precípua de subjugar as ordens religiosas na Amazônia, que detinham nas missões não só o poder espiritual, mas, sobretudo, o poder econômico.

A pendenga entre os missionários e a Coroa vinha desde o século anterior. Os religiosos acusavam os colonos de escravizar os índios e por isso promoviam os descimentos para locais menos acessíveis. Isso era considerado pelo Reino como um “ato criminoso”, e chegou a motivar a expulsão de alguns padres em 1730.

Mas os colonos também acusavam os padres de “concorrência desleal”, pois, como explica Beozzo, “os missionários estavam isentos dos dízimos e de várias taxas alfandegárias que eram revertidas para a Coroa portuguesa, além disso tinham à sua disposição abundante mão-de-obra indígena que trabalhava a terra e o transporte fluvial. Assim conseguiam altos lucros, praticando concorrência desleal em relação aos demais comerciantes da colônia.”⁽³⁾

Mendonça Furtado, mal pôs os pés no Grão-Pará, foi alertando que “neste Estado não é rico o que tem muitas terras, senão aquele que tem maior quantidade de índios, sendo pois os religiosos senhores dos índios e por conseqüência senhores de tudo”, segundo o mesmo Beozzo.

³ BEOZZO. *Leis e Regimentos das Missões*. São Paulo-SP: Editora Loyola, 1983, p. 51.

Em 1753, o Rei Dom José I nomeou Mendonça Furtado comissário plenipotenciário da Coroa portuguesa para regularizar os limites, então contestados, entre os reinos de Castela (Espanha) e Portugal, na região amazônica.

Em cumprimento às ordens reais, e com uma grande comitiva (que incluía auxiliares, astrônomos e engenheiros como Domingos Sambucetti e Antônio José Landi), Mendonça Furtado partiu de Belém em 2 de outubro de 1754 em direção ao Rio Negro, aportando em todas as fortificações e aldeias ribeirinhas para reabastecer suas embarcações de víveres e recrutar índios remadores, pois os que trouxera de Belém iam desertando pelo caminho.

Já nessa viagem Mendonça Furtado “ia observando, fiscalizando, anotando, repreendendo, castigando e, ao que diz Southey, gravando de encargos e requisições os missionários que administravam as aldeias”, como escreveu Paulo Rodrigues dos Santos.⁽⁴⁾ Desde então, como acrescenta o mesmo autor, “Mendonça Furtado já cogitava da transformação destas [aldeias] em Vilas ou Lugares, como aliás, fizera com algumas antes mesmo das ordens do reino, [pois] estudava a situação e a importância de cada localidade índia e marcava-lhe logo o nome que lhe havia de dar.”

Segundo o mesmo historiador⁽⁵⁾, ao regressar a Belém, Mendonça Furtado já trazia a lista completa das futuras vilas, com os nomes com os quais as batizara, senão oficialmente, ao menos em projeto mental, pois alimentava o sonho de “transformar a Amazônia em outro Portugal, substituindo-lhe os bárbaros nomes nativos por outros da velha toponímia lusitana” e impondo, em consonância, aliás, com os intentos do seu poderoso irmão, um novo sistema de colonização, centrado numa reforma urbana e econômica que, aliada à política de secularização das missões, quebrava a espinha dorsal do poder religioso na região.

No ano seguinte, o Marquês de Pombal, que, naturalmente, defendia seus patrícios colonos, opondo-se aos seus patrícios catequistas, conseguiu aprovar na Corte a Lei de 6 de junho de 1755, que determinou a secularização das missões religiosas na bacia

⁴ SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Tupaiulândia* – terceira edição, ilustrada, comemorativa dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil. Santarém-PA: Gráfica Tiagão, 1999, p. 132.

⁵ Idem, idem, p. 135.

amazônica portuguesa e mandou passar à condição de vila e de lugar as povoações que fossem julgadas merecedoras de receber esses predicamentos.⁽⁶⁾

Essa lei, simultânea à criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, no mesmo ano, deixava de lado o antigo Regimento das Missões em vigor desde 1668 e “subtraía aos padres toda a autoridade temporal exercida junto aos nativos, uma vez que decretava a liberdade total dos indígenas aldeados e a sua integração à administração colonial através das transformações das missões em vilas”⁽⁷⁾

Em carta de 13 de junho de 1757, Mendonça Furtado dava conta ao Rei de Portugal dos critérios que adotaria para rebatizar as povoações da Amazônia sob domínio português quando instalasse oficialmente as vilas e lugares:

“Como sua Majestade foi servido pela lei de 6 de junho de 1755 mandar passar a Vilas todas as Aldeias que tivessem competente número de gente para o dito feito, e as que fossem mais pequenas, a Lugares, mudando inteiramente de sistema, e como não seria justo, em observância daquelas reais intenções, que conservassem os bárbaros nomes que tinham, lhes impus os novos que constarão a Vossa Excelência em relação inclusa. Para denominação das novas Vilas, segui o sistema de primeiramente empregar os nomes das vilas da Real Casa de Bragança que me lembraram; logo algumas da Coroa, e imediatamente as das Terras da Rainha Nossa Senhora, algumas do Infantado e ultimamente as da Ordem de Cristo de quem são os dízimos de todas estas conquistas. Os Lugares todos são do termo de algumas Vilas da mesma Casa Real de Bragança que aqui [me] ocorreram. Se sua Majestade não for servido que conservem esses nomes [que dei], aqueles que o mesmo Senhor determinar lhes imporei logo e por esses ficarão conhecidas estas Povoações.”⁽⁸⁾

Em carta de 26 de outubro de 1757, o governador comunicou a El-Rei que subiria novamente o Rio Amazonas para instalar, agora oficialmente, as vilas e lugares rebatizados com nomes lusitanos, e

⁶ MUNIZ, João de Palma. *Delimitações Óbidos-Alenquer*. Belém-PA: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1923, p. 7.

⁷ CARDOSO, Patrícia Domingos Woolley. *O Diário de Bordo de Um Jesuíta Expulso do Estado do Grão-Pará e Maranhão – 1757-1758*. Em Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, edição de julho/2006.

⁸ *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, tomo V, p. 231/232. Apud SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Op. cit.*, p. 132/133.

deixou transparecer claramente a forte animosidade do governo para com os religiosos, pois destacou a necessidade de “praticar pessoalmente aqueles miseráveis índios para lhes fazer compreender a sólida utilidade que se lhes segue do novo sistema a que passarão, cujas práticas se fazem indispensáveis para os desabusar dos destinos que lhes têm introduzido na cabeça os Missionários, e sendo ditas práticas feitas por mim, os persuadirão sem dúvida muito mais do que feitas por outra pessoa...”⁽⁹⁾

Assim, em 16 de janeiro de 1758 Mendonça Furtado partiu novamente de Belém rumo ao Rio Negro, com outra grande comitiva, levando em sua companhia, desta feita, o ouvidor-geral Pascoal Abranches Madeira Fernandes, que teria por missão dirigir o cerimonial de instalação das novas vilas e lugares. Esse cerimonial consistia na construção de um pelourinho (coluna de pedra ou madeira, símbolo da autoridade da Justiça), da instalação do Senado da Câmara e da demarcação dos limites da jurisdição da nova vila ou lugar.

Na região do Baixo Amazonas, Mendonça Furtado instalou as vilas de Monte Alegre (*Gurupatuba*) em 27 de fevereiro; Alter-do-Chão (*Aldeia dos Boraris*) em 6 de março; Boim (*Aldeia de Santo Inácio*) em 9 de março; o lugar Pinhel (*missão de São José*) em 10 de março, a Vila Franca (*Arapiuns*) em 12 de março e a vila de Santarém (*Aldeia dos Tapajós*) em 14 de março.

Em 20 de março, Mendonça Furtado chegou à missão do Surubiú para erigi-la à condição de vila com a denominação de Alenquer (então grafada *Alemquer*) mas, como ele mesmo informou em carta que dirigiu ao ministro dos negócios ultramarinos de Portugal, Thomé Joaquim de Castro Corte Real, datada de 4 de julho de 1758 da Vila de Barcellos (primeira capital, até 1758, do atual Estado do Amazonas), não pôde elevar a Aldeia do Surubiú à condição de vila nessa ocasião, “por não haver conseguido saber o número dos seus habitantes.”⁽¹⁰⁾

“A aldeia do Surubiú só teve o predicamento de vila depois dessa passagem, em fins de 1758 ou princípios de 1759, porque neste último ano já era tratada como vila e com a denominação de Alenquer”, escreveu Palma Muniz (*idem, idem*).

⁹ *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, tomo V, p. 312. *Apud* SANTOS, Paulo Rodrigues dos. *Op. cit.*, p. 133.

¹⁰ *O Cinquentenário da Prelazia de Santarém*, edição de 1953, p. 44, e MUNIZ, João de Palma Muniz, *op. cit.*, p. 7.

Saindo da missão do Surubiú, Mendonça Furtado dirigiu-se logo à *missão do Curuá*, dando-lhe o predicamento de *lugar* e a denominação de Arcozellos. Não encontrei o registro da data precisa desse acontecimento, muito provavelmente ocorrido no dia 21 de março de 1758, pois está registrado nos anais da história que no dia 22 de março Mendonça Furtado chegou à fortaleza dos *Pauxis*⁽¹¹⁾, onde, segundo seu próprio relato, depois de guardar os dias da semana santa, agregou “duas aldeias dos padres da Piedade” e erigiu a vila com a denominação de Óbidos no sábado de aleluia, dia 25 de março.⁽¹²⁾

Mendonça Furtado regressou ao Reino em 1759, onde ocupou o alto cargo de secretário da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, e morreu em 1769. Sua grande obra no Grão-Pará foi a implementação do novo sistema administrativo idealizado pelo seu irmão, o Marquês de Pombal.

A secularização das missões religiosas, que Pombal determinou e Mendonça Furtado executou, trouxe, como conseqüência, a criação, pelo 3º Bispo do Grão-Pará, Dom Frei de Miguel Bulhões e Souza, das freguesias correspondentes, para que os habitantes não ficassem desassistidos de religião, o que ocorreu quase simultaneamente com a instalação das vilas e lugares, em 1758, tanto que no famoso Mapa de Henrique Antônio Galluzzi, de 1759, mandado fazer por Bulhões e Souza, já aparecem a freguesia de Santo Antônio de Alenquer e a de Arcozellos.

Segundo a enciclopédia virtual Wikipédia, em Portugal existem inúmeras freguesias com o nome de Arcozelo (antigamente escrito com dois “l”, hoje escrito com apenas um “l” e no singular), em conselhos (que lá se escreve *concelhos*) os mais diversos, tais como os de Barcelos, Gouveia, Ponte de Lima, Vila Nova de Gaia e Vila Verde, além de uma freguesia de Arcozelo dos Maias no conselho de Oliveira de Frades. A mesma enciclopédia menciona também a freguesia de Arcozelos (com “s” no final) do conselho de Moimenta da Beira (*moimenta* quer dizer túmulo, mausoléu) no distrito de Viseu, distante cerca de 55 km de Lisboa. Essa palavra lusitana deriva do latim *arcus cellus* que, segundo ainda a Wikipédia, significa *arquinho* (termo que o Dicionário Aurélio não registra; seria um “arco pequeno?”).

¹¹ *Cinqüentenário da Prelazia de Santarém*, p. 70.

¹² MUNIZ, João de Palma. *Op. cit.*, p. 7.

A palavra Surubiú, com que foi originariamente batizada a nova missão fundada pelos capuchos após a debandada da aldeia dos Barés, é uma referência à sua localização geográfica, à margem do que então, equivocadamente, se pensava fosse o lago Surubiú (ou *Surubiô*, como referido na Carta Régia de 17 de maio de 1730).

(Abra-se, aqui, um necessário parêntese: esse equívoco, aliás, persistiu por muito tempo, e nele incorreu gente de nomeada como Spix, Von Martius, Peterman e o poeta lusitano Francisco Gomes de Amorim, que viveu parte de sua juventude no Lago do Curumú, em Alenquer, registrando esse fato na introdução do seu livro de poemas *Cantos Matutinos*, 2ª edição, Lisboa, 1866, p. 30. Só muito mais tarde é que se veio a saber que o Surubiú é um rio e não um lago, hoje também conhecido como Igarapé de Alenquer ou Paraná de Alenquer).

O historiador paraense Carlos Rocque, na sua *Enciclopédia da Amazônia*, diz que Alenquer é chamada de *Princesa dos Surubiús* e que os seus naturais são chamados *ximangos*, evocando, ambas as palavras, “os antigos índios que habitavam a região.”⁽¹³⁾ Trata-se de um lamentável equívoco do notável historiador. Nunca existiu nenhuma tribo indígena com esses nomes. Nem índios Surubiús e nem índios ximangos (sobre o significado deste último termo, falarei em outro capítulo desta obra).

A propósito, vale lembrar que Fulgêncio Simões testemunhou pessoalmente, em 1902, uma visita que fizeram à sede da cidade de Alenquer índios que habitavam a região dos Campos Gerais, que se limitava, ao Norte, com as Guianas. Eram os *juruwalentes*, que deram notícia das tribos remanescentes na área: os *jucá*, *samaracá*, *terió*, *caianá*, *maicurú*, *aianá*, *puruhy*, *sarumá*, *merijó* e *aramajó* – todos “mansos e trabalhadores, achando-se em constantes comunicações com os comerciantes das Guianas Holandesa e Francesa, dos quais desejavam desligar-se, por não serem por eles bem tratados e ser-lhes mais fácil virem à margem do Amazonas para comerciar.”⁽¹⁴⁾

Como acima já foi dito, Surubiú (no singular) é o nome do rio que banha a cidade de Alenquer, e esta é cognominada *Princesa do Surubiú*, evocando o rio, “seu eterno namorado” – como o fez, por exemplo, o poeta Favilla Gentil, em *Ximanga Encantada* (“*Terra de*

¹³ ROCQUE, Carlos. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. Belém-Pa: Editora AMEL, 1967, vol. I, p. 95.

¹⁴ *A Gazeta de Alenquer*, nºs 434 e 435. Apud SIMÕES, Fulgêncio Firmino. *Op. cit.*, p. 7, nota 13.

Ximango / Abençoada por Jesus / Relíquia do Surubiú”), e não imaginários habitantes primevos da localidade.



O vocábulo Surubiú é formado do nativo *surubi* (ou *surubin*), que designa uma espécie de peixe (foto à esquerda), e o sufixo *y* ou *yu*, que significa água. Por conseguinte, Surubiú “é o rio dos surubins, ou onde abundam os surubins”, conforme anota Fulgêncio Simões, que nos ensina também que o *y*, na língua nativa, significando água, tem o mesmo som de *ú*, daí se dizer Surubiú, e não Surubiy, como seria, talvez, o mais correto.⁽¹⁵⁾ Em seu *Vocabulário Tupi-Guarani*, Silveira Bueno, professor emérito da

USP/SP, também define Surubiú como “o lugar onde se ajuntam os surubins.”⁽¹⁶⁾

A seu turno, a palavra Alenquer, em Portugal, designa uma vila e conselho do distrito de Lisboa, de onde dista apenas 45 km, famosa pela produção de vinhos e por ter sido a terra natal dos navegadores Vasco da Gama, Bartolomeu Dias e Pêro de Alenquer, bem como do historiador quinhentista Damião de Góis (foto à direita).⁽¹⁷⁾ É, também, considerada um dos possíveis berços do vate Luís Vaz de Camões, o autor de *Os Lusíadas*, que disse num verso:



“Criou-me Portugal na verde e cara / Pátria minha Alenquer...”. Mas a naturalidade de Camões é um ponto muito polêmico na história da literatura portuguesa, pois Lisboa e Coimbra também disputam a primazia de tê-lo visto nascer.

O historiador Francisco Varnhagem, Visconde de Porto Seguro, inspirando-se na História de Portugal de La Clede, assim escreveu na sua *História Geral do Brasil* ⁽¹⁸⁾: “Os alanos, depois de sua derrota e morte de seu rei Atacés, viveram com os suevos, que se deram, todos, a erigir novas habitações na Lusitânia, entre as quais contam-se as

¹⁵ SIMÕES, Fulgêncio Firmino. *Op. cit.*, p. 15, nota 10.

¹⁶ SILVEIRA, Bueno. *Vocabulário Tupi-Guarani / Português*. São Paulo-SP: Éfeta Editora, 1998, p. 322.

¹⁷ *Enciclopédia Brasileira Mérito*, vol. 2, p. 146.

¹⁸ VARNHAGEM, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*, tomo I, p. 65.

idades de Albuquerque e Jerábica, cujos muros foram de novo levantados, pondo-se-lhes o nome de *Alenker-kan*, que, no seu idioma, quer dizer Templo dos Alanos, depois chamados de *Alenker* ou *Alenquer*, e hoje vila a algumas léguas das margens do Tejo, vizinho de Lisboa.”



A história de Alenquer, em Portugal, remonta ao Século VI antes de Cristo. Fez parte do Império Romano desde o Século II AC. No ano 418 da era cristã, passou para o domínio dos alanos, um dos principais povos bárbaros que dominaram a Europa. Em 714 DC foi tomada pelos mouros, que invadiram a Península Ibérica no Século VIII. Em 1148 Alenquer foi conquistada aos mouros pelo Rei Dom Affonso Henriques (ou Dom Affonso I), fundador do Reino de Portugal e da dinastia afonsina (foto à esquerda), que

reedificou a vila. Mais tarde, o Rei Dom Sancho I, que nela construiu um palácio, doou Alenquer para sua filha Dona Sancha e lhe concedeu o primeiro *foral* (carta de leis que regulava a administração de uma localidade ou concedia privilégios a indivíduos ou corporações).

Em Portugal, várias têm sido as grafias da palavra Alenquer ao longo de quase três milênios de história. As mais lembradas são: *Alan-kerk-kana*, para os túrdulos (nativos da Turdetânia, antiga província da Península Hispânica na Europa); *Alenen-kerk*, *Alano-kerk*, *Alan-kerk* ou *Alenker-kan*, significando igreja, templo, castelo ou fortaleza, para os alanos; *Alan-kana*, para os suevos, e *Al-ain-keir* (“fonte abençoada”), para os árabes.

Segundo o filólogo português Joaquim da Silveira, a versão que mais parece provável é a de que a palavra Alenquer deriva do latim, através do moçárabe (dialeto dos cristão que viviam na Península Ibérica durante a ocupação árabe): ao vocábulo latino *iuncarium* (ou seja, juncal, de junco, planta herbácea que habita lugares úmidos) aglutinou-se o artigo árabe *Al*, resultando em *Al-iunquerio*, que, perdendo as vogais finais, segundo a tendência moçárabe, teria resultado em *Al-iunquer* ou *Al-unquer*, sem que o “i” se consonantizasse, segundo também uma tendência moçárabe. Nos Séculos XII e XIII grafava-se *Alenker* ou *Alankar*.

O sobrenome Alencar, por sinal, é uma corruptela da palavra Alenquer e teria se originado do fato de algumas famílias que se assinavam Alenquer, inconformadas e envergonhadas porque a vila ficou ao lado de Felipe II de Castela por ocasião da crise sucessória que resultou na União Ibérica, o que, para alguns, era considerado uma traição a Portugal, passaram a se assinar *Alanquer* ou *Alancar*, até se firmar o sobrenome em *Alencar*.

O poeta alenquerense Antônio Aldo Arrais, que usava o pseudônimo Ariú Sorubá, num poema publicado no catálogo comemorativo do centenário da elevação de Alenquer à categoria de cidade em 10 de junho de 1981, dá-nos a sua versão, digamos assim, poética, sobre a origem do nome da cidade: no dia 10 de junho de 1881, quando a Vila Surubiú estaria sendo batizada com o nome de Alenquer (na verdade, nessa data, Alenquer foi elevada à categoria de cidade, e o seu nome atual já vinha desde 1758), o cão do pároco, que se chamava Além, deu de latir incessantemente em frente ao oco do tronco de uma castanheira tombada. O vigário, intrigado com os latidos do cachorro que “*passou o dia todinho repetindo esse au-au-au / e latindo no oco do pau*”, mandou que seu ajudante Possidônio fosse ver “o que o Além quer”. Ao verificar o motivo do alarido do cachorro, Possidônio deparou-se com o Além latindo para a “imagem verdadeira” de Santo Antônio, misteriosamente entronizada no oco da castanheira caída no local exato em que hoje é o altar-mor da Igreja da Matriz. Assim, segundo o poeta – “*Do ventre da árvore tombada / do seio da mulher-árvore / nasceu nossa cidade abençoada / Além-quer, Além-quer, Além-quer...*”

Sem embargo da fértil imaginação do saudoso e inesquecível bardo alenquerense, a história de um cão ligado ao nome de Alenquer na verdade remonta às origens de nossa homônima portuguesa, ou mais precisamente, à lenda do cão *Alão*.

Sobre essa lenda, discorreu Guilherme João Carlos Henriques em seu livro *Alenquer e seu Concelho* (de 1873):

“Conta a tradição que na manhã do dia em que teve lugar o combate final [da conquista de Alenquer aos mouros, em 1148], indo o rei cristão [Dom Affonso Henriques] banhar-se no rio e fazer suas correrias, notaram que um cão grande e pardo que vigiava as muralhas e que se chamava Alão, calou-se e lhes fez muitas festas. El-Rei tomando isso por bom presságio mandou começar o ataque dizendo – “O Alão quer”, palavras

que serviram de futuro apelido à vila. A batalha foi sanguinolenta e renhida (...) mas os portugueses venceram todos os obstáculos e tomaram a praça.”

O mesmo autor, porém, ressalva:

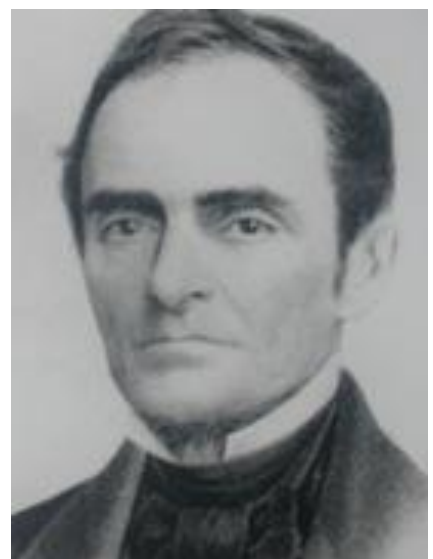
“Há uma segunda versão que diz que o cão Alão era o encarregado de levar as chaves da muralha na boca todas as noites até à casa do governador, e os cristãos, aproveitando os instintos do animal, prenderam uma cadela embaixo duma oliveira à vista do cão que, subjogado por sentimentos amorosos, galgou os muros, entregando assim as chaves aos portugueses. Se estas tradições têm fundamento não sabemos, mas são muito antigas e é certo que o brasão d’armas da Vila de Alenquer tem um cão pardo preso a uma oliveira, o que parece confirmar a tradição.”



No brasão d’armas da vila de Alenquer, em Portugal, há, de fato, um cão preto guardando a porta das muralhas da praça tomada por Dom Afonso Henriques aos mouros (v. acima à esquerda, o brasão com o cão Alão guardando a porta da muralha, e, à direita, o ícone do mesmo Alão com a chave da muralha na boca, ambos disponíveis no site da Vila de Alenquer na internet).

Alenquer do Pará conservou a denominação de origem lusa até 17 de maio de 1833 (três dias depois de perder o predicamento de vila) por ato do Conselho do Governo presidido por José Joaquim Machado de Oliveira, que extinguiu todas as denominações portuguesas das povoações do Grão-Pará apostas por Mendonça Furtado em 1758 e restabeleceu as primitivas e nativas denominações desses povoados.

Inexplicavelmente, em vez de voltar a se chamar Surubiú, como outrora, Alenquer ganhou o nome de *Surubiúmirim* (“pequeno Surubiú”). Cerca de oito anos depois, em 30 de abril de 1841, no governo de Bernardo de Souza Franco, ao depois Visconde de Souza Franco (foto à direita), a Assembléia Provincial



baixou ato que derogou o dispositivo de 1833 e restabeleceu todos os nomes lusos colocados por Mendonça Furtado. Surubiúmirim voltou a se chamar outra vez Alenquer, que desde então mantém a mesma denominação.

(*) Transcrito do livro (inédito): *Alenquer, um sorriso de Deus feito cidade* do autor deste texto.

